



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

20 de fevereiro de 2018

- Abertura de estágio de pós-graduação
- CAPINZAL DO NORTE – Condenação do ex-prefeito Eliomar Alves de Miranda por não prestar contas de recursos do FNDE, referentes a exercício financeiro de 2004.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE / CARNAVAL – Andrea Murad defende medidas judiciais contra as determinações do Tribunal
- INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE / CARNAVAL – Entrevista do presidente do TCE, Carlos Furtado.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE / CARNAVAL | GONÇALVES DIAS – Uso de recursos estaduais para firmar convênio a prefeitura, enquadrada no documento
- Reunião do CNPG sobre mudanças nas legislações Penal e Processual Penal
- SÃO FÉLIX DE BALSAS – ACP em desfavor de ex-gestores do Município em função de uso irregular de recursos para matadouro
- SÃO LUÍS – Apreensão de 100 kg de camarão e 50 kg de carne de caranguejo
- SÃO LUÍS – Interdição de BR-135 por melhorias na infraestrutura do bairro do Tibiri
- SÃO LUÍS – Interdição de casas em área de risco no bairro do Itaqui-Bacanga
- SÃO LUÍS – Proibição de venda de lotes na Reserva do Itapiracó
- Semana da Justiça pela Paz em Casa para julgar casos de violência contra a mulher
- Polícia

MPMA

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Baratos</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>20</i> / 02 / 2018	Página <i>2</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ministério Público abre estágio não-obrigatório de pós-graduação

O Ministério Público do Maranhão lançou edital de um processo seletivo para admissão e formação de cadastro de reserva de estudantes em estágio não-obrigatório de pós-graduação em Direito.

Serão oferecidas 50 vagas nas unidades do MPMA localizadas em São Luís e o estágio terá duração de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Com carga horária semanal de 20 horas, o estágio oferecerá bolsa-auxílio de R\$ 1.431,00. Em estágios com duração de um ano ou mais, haverá recesso de 30 dias, preferencialmente coincidente com o período de férias do estudante.

As inscrições deverão ser feitas, exclusivamente, pela internet, no período de 1º a 9 de março de 2018, por meio do endereço eletrônico concurso.mpma.mp.br/estagio-pos/2018.

Não haverá cobrança de taxas de inscrição.

As provas serão realizadas em 8 de abril de 2018, em São Luís. Os portões serão abertos às 13h e os testes serão aplicados das 14h às 18h.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 02 / 2018	Página	2
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CNPG Mudanças nas legislações Penal e Processual Penal são discutidas em reunião

O procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou nessa segunda-feira, 19, da Reunião Ordinária do Colégio Nacional de Procuradores Gerais de Justiça (CNPG). O encontro aconteceu em São Paulo e contou com a participação de Arnaldo Hossepian, do Conselho Nacional de Justiça e da Comissão de Juristas presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Instituída em outubro de 2017 pela Câmara dos Deputados, a Comissão deverá analisar e propor mudanças na atual legislação Penal e Processual Penal, para tornar as normas legais mais eficazes no combate à criminalidade, especialmente na repressão ao crime organizado, ao tráfico de armas e ao tráfico de drogas.

Em seu pronunciamento, o ministro Alexandre de Moraes citou que, dentre as propostas de alteração, estão: a parte pré-processual, buscando tornar a investigação mais ágil, eficiente e menos burocrática; a parte processual, enxugando procedimentos, principalmente o

júri, para tornar o processo mais célere; e a execução da pena, revendo a questão dos regimes de cumprimento de pena.

Na oportunidade, também foi acertado que o CNPG criará comissão permanente com o objetivo de apresentar sugestões à Comissão de Juristas, interagindo na análise das propostas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional. Além do procurador-geral de Justiça do Ceará, Plácido Rios, integram a Comissão do CNPG os procuradores-gerais Dirceu Barros (Pernambuco), Benedito Torres (Goiás), Fabiano Dallazen (Rio Grande do Sul), Gianpaolo Smanio (São Paulo), Kátia Rejane de Araújo (Acr) e Paulo Cezar Passos (Mato Grosso do Sul).

Na avaliação de Luiz Gonzaga, chefe do MPMA, "o momento é de suma importância. Precisamos unir esforços e combater a criminalidade em todas as esferas. Não podemos compactuar com as condutas criminosas, por isso as alterações na legislação buscam tornar a punição mais célere e rigorosa. A sociedade espera por essa resposta".

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
DATA <i>20</i> / 02 / 2018	Página <i>6</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MP aciona ex-gestores por irregularidades na construção de matadouro em São Félix

Devido a irregularidades em processo licitatório e à prática de improbidade administrativa na utilização de recursos para a construção de um matadouro público em São Félix de Balsas o Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 25 de janeiro, Ação Civil Pública contra ex-gestores municipais.

A obra, que é oriunda de convênio celebrado em 2012 entre a Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de São Félix de Balsas, encontra-se paralisada.

São alvos da ação os ex-prefeitos Socorro de Maria Martins e Félix Martins Costa Neto, os servidores públicos Tatiana Maria Sampaio, Charles Américo Oliveira Sandes e Fabilson Braga Dias, além da empresa Empresa Consril – Construtora Ripardo Ltda.

De acordo com o Inquérito Civil 01/2014, instaurado pela Promotoria de Justiça de Loreto, de cuja comarca São Félix de Balsas é termo judiciário, a obra foi iniciada em 2013, mas num local impróprio. Conforme constatou engenheiro da Sagrima, a área não dispõe de infraestrutura, com os mínimos requisitos para o funcionamento de um matadouro, como água encanada e energia elétrica. Também foram identificadas falhas na execução da obra que desrespeitariam o projeto – locação fora do padrão, com recuo de apenas 5 metros em relação à via pública, e falta de barreira sanitária, entre outras.

“Os requeridos desrespeitaram e produziram um processo licitatório eivado de ilegalidades graves e não entregaram o objeto que foi

pactuado, ou seja, a construção do matadouro municipal, obra esta que se encontra em total abandono”, observou o promotor de justiça Leonardo Novaes Bastos, autor da ação.

PEDIDOS

Diante das responsabilidades de cada um dos acionados, que causaram prejuízo ao erário, o Ministério Público pediu a condenação deles com base na Lei de Improbidade Administrativa. Foi requerida, ao final do processo, a reparação dos danos e a decretação da perda dos bens acrescidos ao patrimônio ilicitamente; a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; o pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano, a ser apurado na instrução processual; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>20</i> / 02 / 2018	Página <i>6</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Matões do Norte Ex-prefeito é acionado por falta de prestação de contas de convênio

A Promotoria de Justiça de Cantanhede ingressou, no último dia 8, com uma Ação Civil Pública e uma Denúncia contra Solimar Alves de Oliveira, ex-prefeito de Matões do Norte (termo judiciário da comarca). As manifestações baseiam-se na falta de prestação de contas de um convênio firmado entre o Município e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado das Cidades. O Convênio nº 422/2013/Secid tinha como objetivo o asfaltamento de vias urbanas no município, com valor total de R\$ 840 mil. Desses, R\$ 40 mil seriam a contrapartida da Prefeitura. Os R\$ 800 mil seriam repassados pelo Executivo Estadual em seis parcelas. De acordo com a Secid, no entanto, foi feito somente um repasse, de R\$ 40 mil. Segundo a Secretaria, o prazo de execução do convênio foi prorrogado até 23 de novembro de 2016. A prestação de contas deveria ser feita em até 60 dias após o final

do prazo, mas nunca foi entregue pela administração municipal. Na Ação, o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr ressalta que, além de configurar improbidade administrativa, a falta da prestação de contas pelo ex-gestor causa sérios danos ao Município, que está impedido, inclusive, de realizar novos convênios. Como medida liminar, o Ministério Público pediu que a Justiça determine a indisponibilidade dos bens de Solimar de Oliveira até o valor de R\$ 40 mil. Caso seja condenado por improbidade administrativa, o ex-prefeito estará sujeito ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público pelo prazo de cinco anos.

Ex-prefeito de Capinzal do Norte é condenado por ato de improbidade

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) conseguiu na Justiça a condenação do ex-prefeito de Capinzal do Norte Eliomar Alves de Miranda, que deixou de prestar contas de recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do exercício financeiro de 2004. Segundo o MPF, os recursos oriundos do FNDE, que corresponderiam a R\$ 468.893,15 eram destinados à aplicação nos Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos (Peja), Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Nacional ao Transporte Escolar (Pnate). Porém, o ex-gestor municipal não apresentou prestação de contas dos benefícios repassados ao município de Capinzal do Norte.

De acordo com o juiz federal da 5ª Vara, a conduta de Eliomar é danosa ao patrimônio, que exige transparência nas contas públicas. "Este dever, que se insere naturalmente nas dobras do princípio da moralidade administrativa, possui acento constitucional", afirmou. Diante disso, a Justiça Federal determinou a suspensão dos direitos políticos do ex-prefeito de Capinzal do Norte pelo prazo de 5 anos e ainda o proibiu de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo mesmo prazo. Além disso, Eliomar Alves de Miranda deverá pagar uma multa civil no valor correspondente ao dos recursos repassados ao município de Capinzal do Norte.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Barreiros</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>20</i> / 02 / 2018	Página <i>2</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

O ex-prefeito de Capinzal do Norte, Eliomar Alves de Miranda, foi condenado pela Justiça por não prestar contas de recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), do exercício financeiro de 2004.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20 / 02 / 2018	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Entrevista
Caldas Furtado

“Somente a Constituição pode alterar atuação dos TCEs”

Presidente do TCE, conselheiro Carlos Furtado, falou com exclusividade a O Estado sobre a polêmica PEC da Assembleia Legislativa

Em entrevista exclusiva a O Estado, o presidente do Tribunal de Contas do Maranhão, conselheiro Caldas Furtado, esclarece o conteúdo da Instrução Normativa que dispõe sobre despesas com festividades feitas pelas prefeituras maranhenses, apontando equívocos e imprecisões no entendimento da medida. Desde o período carnavalesco, a IN 54/18 do TCE vem alimentando um debate que já resultou na apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Assembleia Legislativa, que deverá ser apreciada ainda neste mês. A proposta já gerou crise entre o Poder Legislativo e o órgão.



Caldas Furtado tem defendido a atuação plena do Tribunal

O Estado - Como o senhor vê a iniciativa do Legislativo referente à PEC 002/2018?

Caldas Furtado - Acredito que esteja havendo um equívoco. A IN TCE/MA 54/2018, por si só, não cria restrições ao prefeito municipal, muito menos estabelece sanções. Nenhuma decisão do TCE (medida cautelar, multa, julgamento de contas) terá fundamento exclusivamente em instrução normativa. A própria IN já expressa a sua base no direito positivo, qual seja, o controle de legitimidade previsto expressamente no caput do art. 70 da Cons-

tituição Federal, e explora a função orientadora e regulamentadora.

Então, qual sua importância?

Ela é dita normativa porque intimamente vincula o corpo técnico. Entretanto, os membros do TCE (conselheiros, substitutos e procuradores), ao analisarem o caso concreto, terão liberdade para decidir ou dar parecer, e a IN funcionará, tal como as demais decisões, como uma referência jurisprudencial. Para os fiscalizados, ela é uma instrução, um alerta, uma orientação, uma recomendação, operando de forma pedagógica e preventiva, não

produzindo efeitos concretos diretamente. A decisão em cada caso será tomada no âmbito do processo específico, assegurados contraditório e ampla defesa.

Qual a relevância desse debate para a sociedade?

Qualquer debate que envolva a atuação do TCE é importante. Afinal, o órgão é custeado pelo bolso do contribuinte. Desde o início do ano passado, a instituição está mais voltada para o controle preventivo e, para isso, o seu poder regulamentar é indispensável e fundamental: mais vale o aviso prévio que a ação abrupta, ou seja, mais vale prevenir que remediar, e essa é a orientação do controle externo hoje em nível nacional. Então, do ponto de vista político-institucional, a discussão tem grande relevância e o que se percebe é o forte apoio popular. O problema está no aspecto jurídico.

E qual o problema jurídico?

Sabe-se que o modelo de organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas brasileiro está bem definido pelo poder constituinte originário na Carta de 1988 (arts. 70 a 75). Destaque-se aí o caput do art. 73 que, combinado com o art. 96, atribui ao Tribunal

de Contas a competência privativa para elaborar seu regimento, dispondo sobre sua competência e seu funcionamento. Se alguém quer modificar o modelo, que seja por meio de alteração na Constituição Federal. Tentar retirar prerrogativas do TCE que são garantidas na CF/88, no intuito de retirar a eficácia da IN 54, não parece ser o caminho adequado.

Mas a justificativa da PEC é que estaria havendo excessos a partir da criação de obrigações e imposição de sanções não previstas em lei ou diversas das previstas em lei.

Não há excessos. O poder discricionário da administração pública não é ilimitado e deve se enquadrar aos outros princípios e postulados do Direito Público. Não por acaso, o TCE deve examinar não somente a legalidade, mas também a legitimidade e a economicidade dos gastos públicos. De qualquer modo, uma das mais nobres atividades do Poder Judiciário é corrigir o excesso de qualquer autoridade da República. Não entendo porque esse não foi o caminho trilhado.

Integra em oestadoma.com/441875

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 02 / 2018	Página	4

Andréa Murad defende medidas judiciais contra instrução normativa do TCE

A deputada Andrea Murad (MDB) se pronunciou sobre a polêmica da instrução normativa do TCE em relação as festividades nos municípios e a PEC que tramita na Assembleia Legislativa limitando a competência do Tribunal de Contas do Estado sobre a questão. Para a parlamentar, a Famem é o melhor instrumento para impedir qualquer abuso praticado pelo TCE/MA. "Vimos esse embate no carnaval e agora o assunto se intensifica no Poder Legislativo. Entendo a preocupação dos deputados, mas para reverter essa instrução do TCE, o melhor caminho é a Famem entrar na Justiça para derrubar a decisão. Os municípios têm autonomia assegurada pela Constituição Federal e pela Estadual e a Assembleia não pode se intrometer em assuntos que não são de sua competência, assim como o TCE não pode editar instrução normativa que atinja a autonomia municipal", declarou Andrea. Ela argumentou ainda que o Tribunal de Contas não tem legitimidade para regulamentar sobre os gastos nos municípios. "Nessa seara o TCE é um auxiliar do Legislativo Municipal, ele dá o parecer, ele opina, mas não pode ditar as regras de como o município deve gastar seus recursos. Se o TCE está exagerando no uso de sua competência constitucional, o caminho é por meio da Justiça, com ações de iniciativa individual de cada município que se sentir prejudicado ou por meio da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, que pode ingressar em nome de todos", explicou.



VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 02 / 2018	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Flávio Dino pagou por Carnaval a prefeitura proibida pelo TCE

Gonçalves Dias, que estava com salários de servidores atrasados, foi uma das cidades beneficiadas pelo governo comunista com convênios de R\$ 900 mil

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O governador Flávio Dino (PCdoB) autorizou a abertura de crédito suplementar da ordem de R\$ 900 mil à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, no dia 9, véspera do Carnaval 2018. E entre as presenteadas com a verba está Gonçalves Dias, que havia sido proibido de promover festas com dinheiro público pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O dinheiro foi distribuído para 16 prefeituras municipais como forma de apoio às manifestações artístico-culturais. Três municípios receberam o montante de R\$ 100 mil, cada. Os demais ficaram com fatias de R\$ 50 mil, cada.

Um desses municípios foi Gonçalves Dias, que no dia da abertura do crédito [9] havia sido proibido pelo TCE, por meio de Medida Cautelar, de promover gastos com recursos públicos no período de Carnaval em decorrência do atraso no pagamento salários de servidores.

Na ocasião da medida adotada pelo TCE, o governo baixou Portaria para definir que somente iria firmar convênios para o Carnaval com prefeituras que apresentassem regularidade no pagamento dos salários dos servidores. A norma, contudo, não foi cumprida no caso de Gonçalves Dias.

Também receberam dinheiro de Carnaval as prefeituras de Duque Bacelar, Esperantinópolis, Itinga do Maranhão, Jenipapo dos Vieiras, Matões, Olinda Nova do Maranhão, Pirapemas, Presidente Sarney, Santa Inês, São Raimundo das Mangabeiras, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Viana e Vitorino Freire.

"Fica aberto ao Orçamento do Es-



Flávio Dino anunciou convênio a aliados, mesmo com a proibição do Tribunal de Contas do Estado

RESPOSTA DO GOVERNO

Dinheiro de G. Dias ainda não foi liberado

De acordo com a portaria nº 076/2018 da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (Sectur), os convênios para festividades de Carnaval podem ser assinados, mas os recursos só são liberados mediante a declaração do

gestor municipal atestando estar em dias com a folha de pagamentos de município. No caso de Gonçalves Dias, o convênio foi assinado. Porém, ainda não houve liberação repasse.

tado, em favor da Secretaria de Cultura e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 900 mil para atender à programação do anexo II, Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária na Reserva de Contingência no valor de R\$ 900 mil conforme indicado no Anexo I.", destaca trecho do Decreto nº 33.801, publicado na edição eletrônica do Diário Oficial.

Medida Cautelar

As decisões do TCE em desfavor de

Gonçalves Dias e de Paraibano foi motivada por representações do Ministério Público de Contas (MPC).

As Representações apontavam que os prefeitos Zé Hélio (PT) e Toinho Patioba (PSDB) não haviam efetuado o pagamento dos contratados e servidores e, mesmo assim, pretendiam realizar festividades carnavalescas com recursos próprios. A medida ia de encontro à Instrução Normativa nº 54/2018, alvo de polêmica entre o TCE e a Assembleia Legislativa.

Repasse para São Luís foi de R\$ 300 mil no Carnaval

Além de abrir crédito suplementar na Secretaria de Estado da Cultura da ordem de R\$ 900 mil para firmar convênio com prefeituras do interior do estado, o Executivo abriu crédito, na mesma pasta, no valor de R\$ 300 mil, para destinar a Prefeitura de São Luís.

Os recursos foram liberados para o prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PDT), como forma de apoio às manifestações artístico-culturais no período do Carnaval. O montante é de origem do Tesouro Estadual.

Durante o Carnaval, o governador Flávio Dino (PCdoB) priorizou a programação da capital. A mídia institucional deu destaque à participação do comunista na Passarela do Samba e em manifestações culturais de rua de São Luís.

NOTÍCIAS DIVERSAS

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Baratos</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>20</i> / 02 / 2018	Página <i>2</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Paz em Casa Semana vai concentrar julgamento de casos de violência contra a mulher

Diversas comarcas do Maranhão participam, no período de 5 a 9 de março, da Semana da Justiça pela Paz em Casa, programa nacional instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva concentrar esforços para impulsionar processos que envolvem casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No Maranhão, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER/TJMA), presidida pela desembargadora Ângela Salazar, é responsável pela coordenação do Programa. Entre as unidades participantes estão a 1ª e 2ª Varas de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís, além de outras do interior que possuem essa competência.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, solicitou aos juízes de todo o Estado o levantamento

sobre a quantidade de processos agendados para audiências preliminares, audiências de instrução, concessão de medidas protetivas de urgência à ofendida, sessões do Tribunal do Júri, assim como outros atos processuais que envolvam a matéria, como casos de feminicídios e outras ações que serão realizadas nas comarcas durante a Semana.

O corregedor reforça a importância da atenção especial dos juízes do Estado, no sentido de participarem da união de esforços, que terá um resultado importante na garantia dos direitos das mulheres em situação de violência. "É fundamental o engajamento de juízes e servidores nesse tipo de campanha, com grande relevância social", frisou.

PROGRAMA

A Campanha Justiça pela Paz em Casa foi criada em 2015 como um esforço concentrado de julgamento de casos de violência doméstica e familiar contra as

mulheres realizado pelos vinte e sete tribunais de justiça.

Na última edição, ocorrida em todo o país entre os dias 20 e 24 de novembro de 2017, quase 18 mil processos referentes à violência doméstica contra a mulher tiveram andamento. O número representa 2% dos processos em tramitação na Justiça brasileira, que somam 900 mil causas sobre esse tipo de violência. No período, houve a concessão de 6,4 mil medidas protetivas e o julgamento de 11 mil processos.

As semanas marcam, respectivamente, três datas importantes de sensibilização pela igualdade de gênero: o Dia Internacional da Mulher (8 de março); a data de sanção da Lei n. 11.340/2006 (7 de agosto); e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro).

Este ano, as Semanas acontecem de 5 a 9 de março; de 20 a 24 de agosto; e de 26 a 30 de novembro.

Mudanças no depoimento de crianças e adolescentes em situação de violência

Na sexta-feira, 23, a 9ª Vara Criminal de São Luís dará continuidade ao ciclo de estudos e propostas para implementação da Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente em situação ou testemunhas de violência, e altera o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A unidade judiciária tem competência exclusiva no processamento e julgamento de crimes de maior potencial ofensivo, praticados contra crianças e adolescentes, como os crimes contra a dignidade sexual, por exemplo.

A nova legislação entrará em vigor a partir de abril de 2018 e traz definições a serem implantadas na qualificação do depoimento especial e na escuta especializada, realizadas por profissionais habilitados e qualificados para essa atividade. Os métodos refletem na qualidade

da instrução processual, celeridade e garantia dos direitos de vítimas e testemunhas.

O juiz titular da 9ª Vara Criminal, Reinaldo de Jesus Araújo, e os servidores da unidade reuniram-se na última sexta (16), dando início ao ciclo de estudos, para discutir sobre a nova legislação e seus fundamentos, visando a compreender as mudanças trazidas por esse instrumento legal e esboçar propostas de adaptações e melhorias ao trabalho da 9ª Vara. Reinaldo de Jesus Araújo destacou que os métodos de escuta de crianças e adolescentes, os mecanismos de proteção e a integração das políticas de atendimento precisam ser discutidos e aprimorados.

A Lei nº 13.431/2017 também atinge outras unidades judiciárias que atendem crianças e adolescentes em situação de violência ou testemunhas em processos judiciais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Vida</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>20</i> / 02 / 2018 Página <i>8</i>		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

FISCALIZAÇÃO

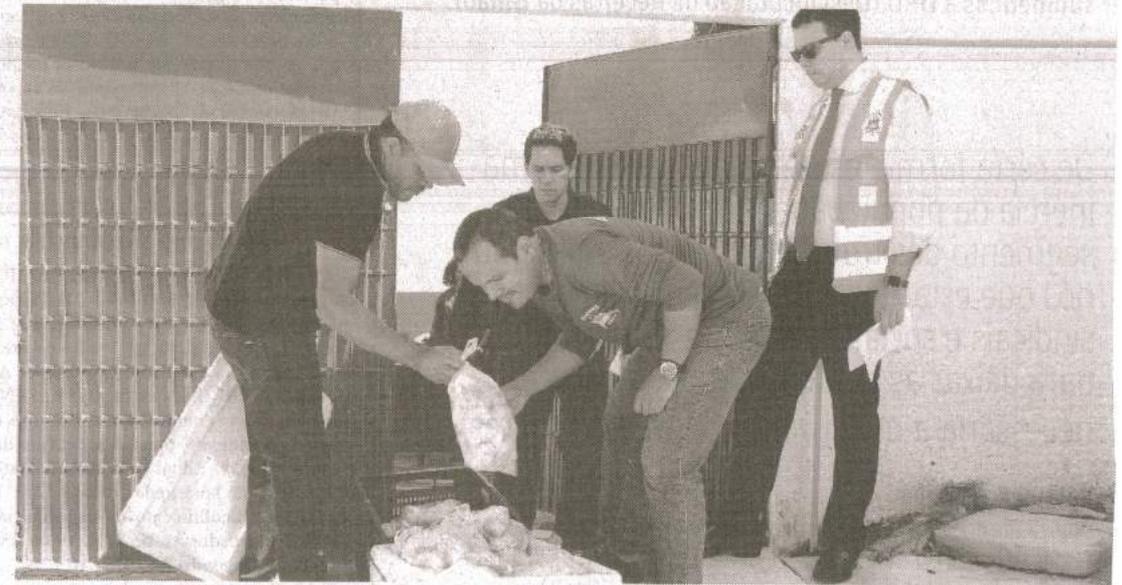
Sema apreende 160kg de mariscos

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) realizou mais uma fiscalização do período de defeso do caranguejo-uçá e camarão. O objetivo é combater a pesca, transporte e comércio irregular dos crustáceos.

O defeso compreende o período reprodutivo das espécies, por esse motivo, fica vedado o transporte, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume das espécies proibidas, que não seja oriundo do estoque declarado pelo Ibama.

Nesse fim de semana, a Sema vistoriou feiras, bares e restaurantes de São Luís e São José de Ribamar, apreendendo 150 caranguejos vivos, posteriormente liberados em manguezal; 100kg de camarão; 4 kg de lagosta; 60kg de patinha de caranguejo. Todo o produto foi doado ao Programa Mesa Brasil do Sesc. Todas as pessoas físicas e jurídicas flagradas cometendo infração ambiental foram multadas.

O período defeso do caranguejo-



Agentes da Sema realizam apreensão de frutos do mar vendidos ilegalmente no período de defeso

jo-uçá acontece desde janeiro em datas intercaladas. A terceira e última fase será de 2 a 7 de março e de 18 a 23 de março. Já o período de defeso do camarão acontece ininterruptamente desde janeiro, se estendendo até 31 de maio. No litoral maranhense, encontram-se três espécies de camarões: branco, rosa e sete barbas.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 02 / 2018 Página 1		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Tibirí

Moradores interditam BR-135 durante protesto por melhorias na infraestrutura

Em reunião, Semosp garantiu adotar medidas para amenizar os problemas e que fará recapeamento asfáltico após o período chuvoso

LUCIENE VIEIRA

Moradores interditaram, na manhã dessa segunda-feira (19), o Km 4, da BR-135, próximo à Avenida do Matadouro, no Tibirizinho, principal acesso ao bairro do Tibirí. Os manifestantes atearam fogo em pneus para impedir o fluxo de veículos nos dois lados da rodovia. Eles disseram que as ruas do Tibirizinho, Tibirí e Rio do Meio – que dão acesso a outros bairros, como Ayrton Sena, Cidade Olímpica, Cidade Operária e São Raimundo –, estão esburacadas; e que, por isso, há 16 dias os ônibus do transporte coletivo deixaram de circular pela região.

A situação é tão grave, conforme disseram os moradores, que a educação das crianças que moram nesses locais afetados pela falta de transporte público estava comprometida. “Nossas crianças estão até hoje (ontem) sem estudar. Entramos em estado de desespero, devido à tamanha falta de respeito que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) tem nos tratado, ao ponto de, mesmo tendo um relatório fotográfico sobre as situações das ruas, desde 2017, ela ter permitido a falta de infraestrutura chegar ao ponto de os coletivos pararem de rodar nos bairros que moramos”, disse Valteir dos Santos Costa Aires, 38 anos, que é vendedor.

O relatório mencionado por Valteir são papéis que certificam, por meio de imagens coloridas neles inseridas, os problemas de várias ruas do Tibirí e Rio do Meio; um tipo de declaração escrita que comprova os transtornos por quais as comunidades têm sido forçadas a conviver. O documento foi protocolado e carimbado pela Semosp no dia 9 de agosto do ano passado; uma via teria permanecido na Secretaria e outra devolvida aos moradores.

De acordo com o morador Eraldo Bezerra, a intenção era se certificarem de que nos bairros afetados pela falta de infraestrutura, o poder público municipal tomaria providência e realizaria a recuperação asfáltica, do meio fio e de calçadas, além da revitalização de galerias. “Nada foi feito! Chegamos ao ponto de ficarmos sem os ônibus, e as crianças não tiveram como ir à escola. Hoje (ontem) o sentimento de revolta nos tirou desde madrugada de nossas casas e viemos apela por meio dessa atitude extrema. É constrangedor interditar uma rodovia para exigir direitos básicos e essenciais”, disse, revoltado, Eraldo Bezerra.

SEM PISTA, SEM ÔNIBUS

A sensação de circular dentro do carro de reportagem do **Jornal Pequeno** por uma das tantas vias reinvindicadas pelos manifestantes, a Avenida do Matadouro, no Tibirizinho, é comparável a estar dentro de um liquidificador, tamanha é a quantidade de buracos, ondulações e remendos no meio do caminho.



Bloqueio gerou um longo congestionamento na BR-135, chegando às avenidas Guajajaras e dos Franceses

Quem mora na área garantiu que a má qualidade da via já deixou gente ferida dentro de ônibus e provocou defeitos nos veículos. Quando chove a situação do asfalto ficaria muito pior; as fendas, segundo os moradores, parecem se multiplicar e se tornariam ainda maiores.

“Já aconteceu de eu estar dentro de um ônibus e o eixo de uma das rodas traseiras se quebrar por causa de um buraco. O pneu também estourou. As pistas estão horríveis”, reclamou a passageira e moradora do Tibirizinho Rita de Cássia Moutinho, de 61 anos, cuidadora de idosos, que usa diariamente o transporte público para ir de casa ao trabalho. “Eu fui muito prejudicada pela falta de ônibus, mas até entendendo as empresas, o prejuízo é grande”, completou Cássia.

PROTESTO E REUNIÃO

O protesto teria começado a partir das 4h. Uma barreira de fogo impediu o fluxo de veículos a partir do Km 4,

da BR-135, nas duas, altura de onde o ato foi realizado. Muitos motoristas que não ficaram presos nas filas quilométricas formadas devido ao bloqueio na rodovia, procuraram pontos de fuga, como o acesso ao Centro pela Vila Maranhão; o que fez com que as avenidas Senador Vitorino Freire e dos Portugueses fossem afetadas por extensos engarrafamentos.

Por volta das 8h, a manifestação foi encerrada e a pista liberada, devido à Polícia Rodoviária Federal (PRF) propor uma conversa entre os manifestantes e o secretário Municipal de Obras, Antônio Araújo. A reunião foi realizada ainda na manhã de ontem, no prédio da Superintendência da PRF; tendo, também, a participação do secretário adjunto da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), Israel Pethros.

Segundo o morador Eraldo Bezerra, que participou da reunião, o secretário Antônio Araújo prometeu que ainda ontem colocaria máquinas nas ruas

reclamadas para fazerem o serviço de tapa buracos, sendo que, a etapa de pavimentação asfáltica só deverá ser feita após o período chuvoso. Eraldo

afirmou que o secretário adjunto da SMTT garantiu que os ônibus voltariam a circular no bairro ainda na manhã de ontem.



A Avenida do Matadouro é uma das vias prejudicadas pela infraestrutura precária

FOTOS: DIVULGAÇÃO E FRANCISCO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Espontânea	
DATA 20 / 02 / 2018		<input type="checkbox"/> Positiva	
Página 1		<input type="checkbox"/> Negativa	

Proibida a venda de lotes na Reserva do Itapiracó, em SL

Uma faixa, que anunciava a comercialização de áreas na chácara, foi retirada ontem por fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema); porção de terra 10x20m estaria sendo vendida por R\$ 60 mil

Uma placa de venda de lotes na Reserva do Itapiracó, em São Luís, foi retirada na manhã de ontem, 19, por fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema). A porção de terra 10x20 metros, da conservação ambiental, estaria sendo comercializada por R\$ 60 mil. Dois imóveis foram construídos nas dependências da reserva.

"Notificamos o cidadão que diz ser proprietário da área que fica na reserva. Aqui é uma área de preservação ambiental. Há uma decisão judicial em relação a essas ter-



Suposto proprietário informou que tem a certidão

ras, mas o Estado ainda está averiguando para ver todos os documentos. Enquanto isso, impedimos as vendas", explicou Eudes Sousa Cunha, superintendente da Sema.

João Rodrigues, suposto proprietário da área, informou que tem a certidão, que foi adquirida antes de a área se tornar a Reserva Itapiracó. "A reserva foi criada den-

tro da área do Ministério da Agricultura. Essa parte é uma área própria. Disponho de certidões e registro de imóvel. A Prefeitura de São Luís concedeu a ocupação do solo. Diante desses documentos, pode ser vendido normalmente", alegou.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) informou, em nota, que embargou os terrenos colocados à venda na Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapira-

SAIBA MAIS

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó foi criada pelo Decreto Estadual nº 15.618 de 1997. A APA está inserida em área urbana e sofre constante pressão antrópica. Conta com uma área total de 322 hectares, incluindo zonas de matas de galeria

Sema informou que embargou preventivamente

União está em tratativas com o Estado

cô. A medida foi adotada preventivamente, pois a empresa que alega ser proprietária da área entregou ao órgão ambiental somente uma sentença proferida pela Justiça Federal, na qual não estão detalhados os limites ou coordenadas geográficas da suposta propriedade.

A secretaria informou, ainda, que tem total preocupação e responsabilidade com a APA do Itapiracó - devido à importância para o estado e para a garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Reitera ainda que está apurando a denúncia com presteza e as devidas cautelas. Até o momento, a área é considerada gleba da União. Portanto, o caso foi levado à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que informou que também irá apurar a situação.

Por fim, a Sema frisou que a União está em tratativas com o Estado, para que este venha a receber a área e assim garantir ainda mais a preservação da Unidade de Conservação. ●

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 02 / 2018	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Casas em áreas de risco no Itaqui-Bacanga são interditadas após chuvas

Além de interditar imóveis no Piancó, Vila Embratel e Dom Luís, a Defesa Civil fez vistoria na Vila Lobão e Residencial João Alberto, Anil e Isabel Cafeteira

As fortes chuvas que têm atingido São Luís trouxeram muita preocupação e perigo para aqueles que moram nas áreas de risco, principalmente próximos aos barrancos. Essas pessoas correm o risco de ver sua casa desabar a qualquer momento.

Nos bairros Dom Luís, Vila Embratel e Piancó, na área Itaqui-Bacanga, quatro casas foram interditadas nos últimos dias, obrigando as famílias a saírem de suas residências, por causa do perigo de deslizamento de terra a qualquer hora.

As residências foram interditadas pela Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (Semusc), por meio da Defesa Civil, que esteve vistoriando também os bairros Vila Lobão e Residencial João Alberto, para acompanhar a situação dos imóveis e avaliar os impactos no período chuvoso nos locais onde há possibilidade de deslizamento de terra. Os trabalhos incluíram, ainda, a vistoria em áreas de risco nos bairros Anil, Isabel Cafeteira, João de Deus, Fé em Deus, Cohama, Turu, entre outros.

Após interdição das casas na área Itaqui-Bacanga, os moradores são encaminhados à Secretaria Municipal da Criança e



No Piancó, na área Itaqui-Bacanga, situação é perigosa nas proximidades de casas que ficam nas encostas

Assistência Social (Semcas), para receber orientações necessárias.

Há casos em que os moradores são convidados a sair dos locais de risco e acabam se deslocando para casas de parentes. Segundo a superintendente da Defesa Civil, Elitânia Barros, algumas famílias preferem não sair de suas casas e continuam correndo o risco de acidentes graves.

Porém, muitas pessoas relatam que não recebem os devidos cui-

dados ao sair de suas casas, como, por exemplo, o morador Ronilson Costa, do bairro Sá Viana. Ele contou que os responsáveis realizam as visitas nos locais de risco. Entretanto, não voltam para dar continuidade e acompanhar aqueles que vivem com o perigo de perder até mesmo a vida.

Em nota, a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) informou que, após o laudo da Defesa Civil encaminhado à secretaria, a equipe do Cen-

tro de Referência de Assistência Social (Cras) da área vai ao local para realizar a identificação, cadastramento e acompanhamento das famílias envolvidas.

Após a identificação, será realizada a avaliação de cada família afetada para atendimento das demandas emergenciais e posterior acolhimento, que pode ser em casa de familiares, abrigo institucional temporário da Semcas e/ou encaminhamento para alugel social. ●

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 02 / 2018	Página 9
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Protesto

Os moradores do bairro Tibiri, em São Luís, realizam na manhã de ontem (19) um protesto e interditam o Km 46, da BR-135. Eles cobram melhores condições de infraestrutura no bairro. Os moradores atearam fogo e bloquearam a rodovia nos dois sentidos impedindo o tráfego de veículos no local. Segundo os moradores o bairro está tomado por buracos. Eles pedem que a Prefeitura de São Luís realize a pavimentação completa do bairro.

POLÍCIA

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 20 / 02 / 2018	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia mantém diligência, mas não fala sobre o caso Bugarin

Depoimentos da filha, namorada da vítima, e da mulher do coronel Walter Pestana, suspeito do crime, ainda não foram confirmados; elas seriam fundamentais para esclarecimentos dos fatos, já que presenciaram o assassinato

ISMAEL ARAÚJO
 Da editoria de Polícia

A Polícia Civil mantém as diligências e se recusa a dar informações sobre o assassinato do empresário Davi de Souza Bugarin de Melo, de 26 anos. Até ontem à tarde, não estavam confirmados os depoimentos de Ingrid Rayanne Silva e Silva, de 24 anos, e de sua genitora, nome não revelado. Davi de Souza Bugarin de Melo foi morto na quinta-feira, 15, pelo pai de Ingrid Rayanne, após discussão entre os dois. Segundo a polícia, Ingrid Rayanne era namorada da vítima. O pai dela, tenente-coronel Walber Pestana da Silva, teria intervido na briga e matou o músico a tiros. O fato ocorreu na residência do militar, no Parque dos Nobres.

O Estado tentou falar durante a tarde de ontem com o delegado-geral da Polícia Civil, Leonardo Diniz, para obter informações sobre o andamento das investigações, inclusive sobre o depoimento de Ingrid Silva e da sua mãe, mas não obteve resposta. A assessoria de Leonardo Diniz informou que o delegado estava em uma reunião em seu gabinete, na Vila Palmeira.



Davi de Souza Bugarin de Melo, que foi morto a tiros pelo pai de sua namorada, tenente-coronel Pestana

O caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP) e o delegado Lúcio Rogério, superintendente da SHPP declarou que o depoimento de Ingrid Rayanne e da sua mãe são importantes para a investigação, por se tratar de testemunhas oculares.

No dia do assassinato, Ingrid Rayanne esteve na sede da SHPP, no Centro, mas, como passou mal, teve que ser levada a um hospital, na capital. O delegado informou que a mãe dela também não tinha condições de prestar esclarecimento sobre o fato, naquele momento. "O depoimento da Ingrid e de sua mãe é importante, já que presenciaram o fato", frisou o delegado.

Já o tenente-coronel Walber se apresentou na sede da SHPP no fim da tarde de sexta-feira, onde foi ouvido e, logo depois, liberado, já que não havia estado de flagrante, segundo o delegado. "O tenente se apresentou de forma voluntária na polícia", declarou Lúcio Rogério Reis.

O delegado informou, ainda, que o policial militar declarou que a sua filha estava sendo agredida fisicamente pelo músico dentro de sua residência e chegou a intervir na briga. Segundo ele, Davi Bugarin

também teria tentado agredir o militar, que reagiu e o atingiu com dois tiros. A vítima chegou a ser socorrida e morreu ao dar entrada no Hospital Municipal Socorrão I, no Centro.

Contestação

A família da vítima contesta a versão que Davi Bugarin teria sido o causador da discussão que resultou em sua morte pelo tenente-coronel Walber Pestana da Silva, na noite da última quinta-feira, dentro da residência do oficial da Polícia Militar, no Parque dos Nobres.

Eles alegaram que houve demora no atendimento ao músico que chegou morto ao Hospital Municipal Socorrão I, no Centro. Ele teria ficado horas na porta da residência do policial antes de ser levado ao hospital. A defesa da vítima também vai solicitar o histórico de Ingrid Rayanne Silva e Silva, de 24 anos. Ela estaria no local do crime em companhia de sua mãe, nome não revelado.

Também foi argumentado pela defesa da vítima que o músico não havia apresentado no dia do fato nenhum sinal de ódio ou raiva, pois, sempre foi tranquilo e não tinha nenhuma passagem pela Justiça. ●

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa
DATA 20 / 02 / 2018 Página 12		

SHPP ainda aguarda depoimento da namorada de Davi Bugarin

DANIEL MORAES
 ESPECIAL PARA O JP

A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) ainda aguarda o depoimento de Ingrid Rayanne Silva e Silva, de 24 anos, namorada do músico e empresário Davi Bugarin – que foi morto a tiros pelo pai da jovem na quinta-feira (15). Inicialmente previsto para a sexta-feira (16), o depoimento de Ingrid Rayanne foi adiado para a segunda-feira (19). De acordo com o delegado Lúcio Rogério, titular da SHPP, a jovem estava em estado de choque, e por isso não tinha condições de prestar depoimento. Até o fechamento desta edição, Ingrid Rayanne ainda não havia sido ouvida. A namorada de Davi Bugarin é uma das testemunhas-chave do caso. Isso porque o pai dela, o tenente-coronel aposentado



Namorada do músico Davi é apontada como testemunha chave para esclarecer o ocorrido

Walber Pestana, confessou ter matado Davi Bugarin com dois tiros, alegando legítima defesa.

Segundo ele, Davi Bugarin teria agredido Ingrid Rayanne, e, posteriormente, o ameaçado com uma faca. Conforme o delegado Lúcio Rogério, não há mais data prevista para o depoimento de Ingrid.

FAMÍLIA DE DAVI CONTESTA VERSÃO

A família de Davi Bugarin contesta a versão do tenente-coronel. “Não se pode ouvir apenas um lado da história, como está sendo feito desde o início do caso, até porque o Davi não está mais aqui para se defender”, afirmou a advogada Odethe Carvalho, que também é tia da vítima.

A advogada disse, ainda, que a namorada e a sogra de Bugarin dificultaram o socorro ao músico. “O corpo dele ficou estirado na porta da casa por vários minutos. A mãe da namorada impediu até que pessoas o levassem ao

hospital. Ele já chegou morto lá [no hospital], sem chance alguma”, disse a advogada.

ENTENDA O CASO

O músico e empresário Davi Bugarin foi morto a tiros na noite de quinta-feira (15), após supostamente agredir a namorada, que é filha do tenente-coronel aposentado Walber Pestana da Silva, no Parque dos Nobres, em São Luís. Segundo informações do plantão da SHPP, após intervir em uma discussão que Bugarin travava com sua filha, o coronel sacou uma arma e atirou duas vezes contra o genro. Após os disparos, o coronel deixou a casa. Bugarin ainda foi socorrido pela família do policial, e encaminhado ao Socorrão 1, mas não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo. O enterro dele aconteceu na manhã de sábado (17), no Cemitério da Pax União, em Paço do Lumiar.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20 / 02 / 2018	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Preso último envolvido em morte de taxista na cidade de Imperatriz

O último envolvido no latrocínio do taxista João Machado Aguiar, em Imperatriz, foi preso no domingo (18), na cidade de Governador Edison Lobão. Identificado como Maurílio de Sousa Viana Neto, também conhecido como "Netinho", ele estava escondido em uma casa na periferia do município. De acordo com a Polícia Militar, ao perceber a abordagem policial, "Netinho" se escondeu debaixo de uma cama.

"As nossas investigações nos levaram até essa residência, no município de Governador Edison Lobão. Chegando ao local, encontramos três mulheres, que chegaram a negar que 'Netinho' estava na casa. Realizamos revista pelo imóvel e acabamos encontrando ele, escondido debaixo de uma cama", informou um PM envolvido na operação. As três mulheres que escondiam

Netinho também foram presas. Elas foram identificadas como Juliana Silva Carreiro, Érica Sabrina Silveira e Joelia Araújo de Oliveira. Todos os foram encaminhados para o Plantão Central de Imperatriz.

ACUSADO DE MAIS HOMICÍDIOS

Depois da prisão de Maurílio de Sousa Viana Neto, a Polícia Civil informou que já existem pelo menos outras quatro acusações de homicídio contra ele. "Maurílio possui uma vasta ficha criminal. Existem outros três mandados contra ele pelo crime de homicídio, mas também é suspeito de ser responsável por mais mortes", afirmou o delegado regional Eduardo Galvão.

RELEMBRE O CASO

O taxista João Machado Aguiar foi vítima de um latrocínio, no



As investigações apontaram "Netinho" como o autor dos disparos que mataram o taxista João Machado

dia 8 de fevereiro, na Avenida Colinas, em Imperatriz. Após supostamente reagir a abordagem dos assaltantes, o taxista levou dois tiros: um no ombro, e outro, no pescoço. Ele morreu na hora. Os suspeitos deixaram o corpo do taxista na avenida e fugiram no carro da vítima. O veículo,

no entanto, foi abandonado logo depois – por causa de um pneu estourado. Imagens de câmeras de monitoramento flagraram o momento em que os dois abandonaram o carro e empreenderam fuga, facilitando a investigação da polícia.

(DANIEL MORAES, ESPECIAL PARA O JP)

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
DATA <u>20</u> / 02 / 2018 Página <u>12</u>		

Motociclista colide em animal e morre na BR-222

Um motociclista, identificado como Leofran Sousa Oliveira, de 42 anos, morreu na manhã dessa segunda-feira (19), ao colidir com um animal na BR-222, em um trecho próximo ao município de Igarapé do Meio. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a ocorrência foi registrada por volta das 5h50, no Km 345 da BR-222. O

motociclista trafegava no sentido Santa Inês/Arari, quando colidiu acidentalmente com o animal na pista, tendo morte instantânea. "Equipes da PRF e do Corpo de Bombeiros foram acionadas, mas, quando chegaram ao local, já encontraram a vítima sem vida. A colisão foi muito forte", informou o inspetor da PRF Antônio Norberto. (DM)

DIVULGAÇÃO/PRF



O motociclista teve morte instantânea ao colidir com animal, na BR-222

Homem é preso com 150 kg de maconha em Ribamar

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) apreendeu 150 kg de maconha, nessa segunda-feira (19), no bairro Panaquatira, em São José de Ribamar. A droga estava em posse de Flávio da Paz Sousa, de 22 anos, que foi preso.

"Depois de investigações na área, por volta das 18h, o Flávio da Paz Sousa foi encontrado pelos policiais em posse de 150 kg de uma substância com característica de maconha prensada", informou o delegado Tiago Bardal, titular da Seic. Segundo a polícia, a droga serviria para abastecer o tráfico do bairro e também áreas adjacentes. Após a prisão, Flávio da Paz Sousa foi encaminhado para a sede da Seic. Ele será apresentado à imprensa hoje, às 9h, na sede da Seic, no Bairro de Fátima. (DM)

Polícia busca motivações que levaram a decapitação em Bacabal

A Polícia Civil da cidade de Bacabal investiga para descobrir as motivações que levaram a um crime que chocou o município, nesta semana. Um homem, identificado como Francisco da Silva Muniz, o "Kauã", foi morto com várias facadas e teve a cabeça decapitada. O corpo dele foi encontrado no domingo (18), no bairro Novo Bacabal.

Segundo informações da Polícia Militar, o corpo de Francisco da Silva Muniz foi localizado em uma área de matagal. A cabeça da vítima foi deixada próxima ao corpo. "O crime foi cometido com requintes de crueldade. Além da decapitação, encontramos dezenas de perfurações de faca no corpo da vítima", relatou um policial que participou da operação. A polícia agora investiga o caso e busca desvendar as motivações do crime. "Estamos em busca de suspeitos, queremos entender a motivação do crime, que tem características de acerto de contas entre facções. Mas ainda não podemos afirmar isso. Vamos checar se a vítima tinha envolvimento com alguma facção para podermos tomar uma direção", finalizou o PM.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/02/2018	Página	4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Agências dos Correios viram alvos de bandidos no interior

Quatro agências já foram assaltadas este ano, mas em uma delas o bandido deu azar e acabou preso na grade do portão principal e foi capturado por policiais militares

Quatro agências dos Correios no interior do estado já foram assaltadas este ano. O último alvo foi a agência na cidade de Lago do Junco, cujo assalto ocorreu na madrugada de ontem, 19. O valor roubado não foi divulgado pela direção da empresa.

Ainda de acordo com informações da polícia, os assaltantes entraram na agência quebrando o cadeado do portão de frente e em seguida mudaram o direcionamento das câmeras do sistema de câmera, arrombaram o cofre e tiraram todo o dinheiro. A agência esteve fechada ontem, mas deve voltar a na manhã de hoje.

A polícia ficou sabendo do fato por meio de populares, que ao passarem em frente ao prédio, desconfiaram do arrombamento, já que as portas estavam abertas e o cadeado quebrado na calçada. Havia sinais de destruição dentro da agência, principalmente com documentos jogados pelo chão.

A polícia esteve no local e guarnições da Polícia Militar realizaram



Agência dos Correios em Lago do Junco, que foi assaltada ontem

rondas pela região, mas até o começo da noite de ontem não haviam conseguido prender os assaltantes. A investigação começou a ser feita pela delegacia de Polícia Civil da cidade, mas encaminhada

para a Polícia Federal.

Mais ocorrências

Na última sexta-feira, foi preso um criminoso, nome não revelado, que tentou invadir a agência dos Cor-

reis na cidade de Timon, mas acabou ficando preso nas grades do portão central. O bandido, nervoso, começou a pedir por socorro, e foi ouvido por moradores.

A polícia foi acionada e ele foi preso e conduzido para a Central de Flagrantes de Timon, onde foi autuado. No dia 15 deste mês, outro assalto: criminosos invadiram a agência dos Correios em Santa Luzia do Paruá. Eles fizeram refém um funcionário da empresa e fugiram levando o dinheiro do cofre.

Há menos de um mês, um criminoso, nome não revelado, morreu ao trocar tiros com a polícia na cidade de Bequimão. De acordo com a polícia, ele, em companhia de dois bandidos, assaltou os Correios daquela cidade, no começo da tarde do dia 18 de janeiro deste ano.

O trio criminoso, ao deixar a agência, foi surpreendido por uma guarnição da Polícia Militar. Houve troca de tiros, e um dos assaltantes foi baleado e morreu no local. Os outros dois conseguiram fugir. ●

Divulgação

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20 / 02 / 2018 Página 4		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mulher suspeita da morte de Silicrim continua presa

Nilcilene Paixão Mendes, a *Tijolinho*, companheira do ambientalista, é suspeita de ter planejado o crime contando com ajuda de uma pessoa

Ainda ontem, Nilcilene Paixão Mendes, a *Tijolinho*, permanecia presa em uma das celas da delegacia de Polícia Civil de Cururupu. Segundo a polícia, ela é a principal suspeita da morte do seu companheiro, o navegador e ambientalista Benedito Raposo Teixeira, Mestre Silicrim, de 82 anos, ocorrida no último dia 11, no arquipélago de San Lucas, nas proximidades de Cururupu.

O delegado Diego Lemos, titular da delegacia local, informou que a

mulher ainda vai ser ouvida e logo depois encaminhada para o presídio feminino, em Pedrinhas, onde ficará à disposição do Poder Judiciário.

Diego Lemos informou ainda que no domingo, 18, peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) estiveram no local do crime, e o laudo do exame pericial, que vai esclarecer as circunstâncias da morte do navegador, sairá em até 10 dias.

No primeiro momento, a polícia informou que o navegador havia

morrido de forma acidental, devido à explosão de um botijão de gás dentro do barco, ocasionando graves queimaduras em seu corpo. A vítima ainda foi levada para o hospital de Cururupu, onde morreu.

No entanto, com as investigações, a polícia descobriu que *Tijolinho* planejou a morte do companheiro com a participação de um homem, nome não revelado. A motivação do crime seria financeira. A vítima receberia uma determinada quantia de sua aposentadoria. ●



Nilcilene Paixão Mendes está presa na cidade de Cururupu

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 02 / 2018	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Três mortes em 24 horas em BRs que cortam o Maranhão

Motociclista morre ao atropelar animal na BR-222 e carro cai em riacho na BR-135, com duas pessoas

Três mortes ocorreram em acidentes nas estradas federais que cortam o interior do estado, no intervalo de 24 horas. Um dos casos foi registrado na manhã de ontem, 19, no Km-345 da BR-222, na zona rural de Igarapé do Meio. A vítima foi identificada como Leofran Sousa Oliveira, de 42 anos.

De acordo com informações da assessoria de comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), a vítima estava conduzindo uma motocicleta Honda Bros preta, de placa PSM-4942, e colidiu com um animal.

O motociclista sofreu várias fraturas, e a motocicleta ficou destruída. Os militares do Corpo de Bombeiros foram ao local, mas encontraram a vítima sem vida. O corpo dele foi removido para o hospital de Igarapé do Meio para ser periciado.

Daniel Mathias da Silva, de 27 anos, e Anderson de Moraes Coutinho, de 26 anos, também morreram em acidente ocorrido no domingo, 18, no Km 294 da BR-135, no povoado Triângulo, zona rural de Dom Pedro.

A PRF informou que as vítimas estavam retornando de uma festa de lava-pratos, na cidade de Trizi-

SAIBA MAIS

Homem morre em acidente na Ilha

O corpo de Luís Sérgio Martins Vieira Júnior, de 27 anos, foi encaminhado na madrugada de ontem ao Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga. Segundo a polícia, ele morreu após sofrer um acidente de trânsito, no bairro São Francisco. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Acidente de Trânsito (DAT), no Centro.

dela do Vale, em um veículo Honda Civic preto, de placas NIA-6700. Chovia bastante, quando o motorista perdeu o controle do carro, que capotou e caiu dentro de um lago. Os ocupantes do veículo morreram ainda no local. Os militares do Corpo de Bombeiros e os socorristas do Serviço Móvel de Urgência (Samu) foram acionados, mas nada puderam fazer. ●

Corpo é achado sob ponte em V. Grande

Vítima havia se mudado no domingo para aquela cidade e ontem foi morta no povoado Ourives

A violência continua predominando no interior do estado. Ainda ontem, 19, o corpo de Marcelo da Conceição, de 18 anos, foi encontrado debaixo de uma ponte, no povoado Ourives, na cidade de Vargem Grande, com perfurações feitas a tiros na cabeça, orelha, boca e na nuca.

O caso está sendo investigado pela delegacia de Polícia Civil dessa cidade, mas até a tarde de ontem não havia registro de identificação dos

autores desse crime. Segundo a polícia, a vítima morava no município de Miranda do Norte e havia se mudado para Vargem Grande na noite de domingo, 18.

O corpo da vítima, além das perfurações feitas a tiros, estava com uma corda amarrada ao pescoço. A polícia está trabalhando com a linha de investigação de homicídio doloso. ●

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 02 / 2018	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

APREENSÃO



Policiais Militares integrantes do Comando do Policiamento de Área do Interior 1 (CPAI-1), pertencentes ao 19º BPM sediado na cidade de Pedreiras – MA, por volta das 14h40, de hoje (19), quando se dirigiam ao povoado Igarapé Grande, ao passarem pelo povoado denominado Jequiri, avistaram um veículo, Pálio, de cor, prata, de placas OJF 1710, da cidade de Trizidela do Vale, com os vidros fechados e protegidos por Insufilm (fumê), o que dificultava a visualização do seu interior, o que levantou suspeitas de algo ilícito. Diante do fato os policiais resolveram fazer uma abordagem ao veículo e aos seus possíveis ocupantes. Que no interior do veículo existia apenas uma pessoa que

foi identificada como Klebson Rodrigues da Silva, que afirmou não ter, no momento, a sua carteira de habilitação. Os policiais logo observaram que no interior do veículo, existiam várias caixas de papelão que continham cigarros, provavelmente, oriundos do Paraguai, sendo que o condutor não apresentou as notas fiscais, momento em que Klebson, teria oferecido aos componentes da patrulha policial a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que a carga fosse liberada, recebendo, imediatamente, voz de prisão. Foram apreendidas 17 (dezessete) caixas de cigarros (GIFF); 01 (uma) caixa de cigarros (Record), totalizando, novecentos maços de cigarros com 9.000 carteiras.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20 / 02 / 2018	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

AUDÁCIA

Lojas Americanas é assaltada no Cohafuma

Um assalto audacioso foi praticado por bandidos armados com duas pistolas e um revólver calibre 38, na filial da empresa Lojas Americanas da Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma. Os assaltantes invadiram a loja, por volta das 17h30 de sábado, dia 17, e de armas em punho imobilizaram funcionários e clientes para em seguida apropriarem-se de 30 celulares e 38 tablets, a

tences dos clientes e ainda agrediram alguns funcionários.

Em seguida, os bandidos fugiram em um automóvel Ford Classic de cor preta, que estava estacionado em frente à loja. A Polícia Militar foi acionada e desenvolveu buscas, mas não conseguiu pistas dos assaltantes. Investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos estão efetivando levantamentos para identificar os autores do roubo. (DC)

BARBÁRIE

Execução com requintes de crueldade no interior

Um cadáver do sexo masculino foi encontrado nas primeiras horas da manhã de ontem, sobre a Ponte do Soldado, que dá acesso ao povoado Ouriveis, na zona rural de Vargem Grande. O corpo foi identificado como do jovem Marcelo da Conceição, de 18 anos, conhecido como "Bina", que seria residente na cidade de Miranda do Norte.

Consta que a vítima tinha

chegado a Vargem Grande na noite de domingo. Até a tarde de ontem, a polícia não tinha pistas dos autores e da motivação do assassinato de Bina.

O cadáver apresentava três perfurações de balas na cabeça, sendo uma próximo à orelha esquerda, outra na boca e a terceira na nuca, e ainda uma corda amarrada com um laço ao pescoço. (DC)

MISTÉRIO

Dois crimes na estrada vicinal do povoado Jacaré

Um jovem conhecido como Gregory foi morto a tiros, e outro identificado como Sandro foi gravemente ferido com um balaço no peito direito. Os dois foram atingidos com tiros disparados por um desconhecido na estrada vicinal que dá acesso ao povoado Jacaré, em Chapadinha. O duplo crime aconteceu por volta das 15 horas deste domingo (18). As vítimas eram residentes do bairro Aparecida.

A Polícia Militar informou que os dois eram portadores de passagens pela polícia e estariam praticando assaltos na tarde de domingo. Guarnições da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros estiveram no local e socorreram Sandro, que foi levado para o Hospital Municipal. A polícia não conseguiu levantar pistas que possam levar aos autores do assassinato e da tentativa de homicídio. (DC)